

# CUIDADO HUMANO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE MENTAL: ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO

## HUMAN CARE AND MENTAL HEALTH EDUCATION: GENDER INTERSECTIONS

Bárbara Monique Alves Desidério<sup>1</sup>

Leonidas Nelson Martins Júnior<sup>2</sup>

Silvia Ximenes Oliveira<sup>3</sup>

Douglas Bento das Chagas<sup>4</sup>

Claudia Nunes Travassos Peixoto<sup>5</sup>

Erivelto Ferreira de Oliveira<sup>6</sup>

Bruna Amâncio Gondim<sup>7</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa as relações entre cuidado humano, educação em saúde mental e gênero, com base em uma revisão narrativa de literatura científica publicada entre 2021 e 2024. A investigação teve como foco compreender como práticas educativas podem contribuir para o cuidado em saúde mental, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e subjetividades

---

1 Psicóloga. Mestre em Saúde Coletiva

2 Enfermeiro assistencial na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (HUUFJF/EBSERH), especialista em enfermagem adulta e neonatal pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, especialista em Gestão de Programa de Saúde da Família pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá – RJ

3 Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Professora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

4 Mestre em Ciências da Saúde –UFPEL. Acadêmico de Medicina da Faculdade de Medicina de Olinda –FMO.

5 Relações Públicas. MBA em Gestão Empresarial. Assistente Administrativo – UFRN.

6 Graduado em Psicologia. Servidor Público Estadual.

7 Especialista em Unidade de terapia intensiva adulto PUC Goiás.

marginalizadas. A análise dos estudos resultou em duas categorias temáticas: (1) Educação popular e cuidado emancipatório em saúde mental; e (2) Invisibilidades de gênero e desafios ao cuidado integral. Os resultados evidenciam que práticas educativas sensíveis ao território, à escuta e à diversidade produzem vínculos e fortalecem a autonomia dos sujeitos em sofrimento psíquico. Por outro lado, a persistência de modelos biomédicos e a negligência dos marcadores sociais da diferença dificultam o acesso e a efetividade do cuidado. Conclui-se que a educação em saúde mental deve ser compreendida como um processo político e pedagógico, capaz de mobilizar transformações individuais e coletivas, desde que sustentada por princípios de equidade, interseccionalidade e justiça social.

**Palavras chaves:** Saúde mental; Cuidado humano; Educação em saúde; Gênero; Interseccionalidade; Equidade.

**Abstract:** This article analyzes the relationships between human care, mental health education, and gender, based on a narrative review of scientific literature published between 2021 and 2024. The investigation focused on understanding how educational practices can contribute to mental health care, especially in contexts marked by social inequalities and marginalized subjectivities. The analysis of the studies resulted in two thematic categories: (1) Popular education and emancipatory care in mental health; and (2) Gender invisibilities and challenges to comprehensive care. The results show that educational practices sensitive to territory, listening, and diversity produce bonds and strengthen the autonomy of subjects experiencing psychological distress. On the other hand, the persistence of biomedical models and the neglect of social markers of difference hinder access to and effectiveness of care. It is concluded that mental health education should be understood as a political and pedagogical process, capable of mobilizing individual and collective transformations, provided it is supported by principles of equity, intersectionality, and social justice.

**Keywords:** Mental health; Human care; Health education; Gender; Intersectionality; Equity.

## INTRODUÇÃO

A temática da saúde mental tem conquistado crescente atenção nos campos da saúde coletiva e da educação, especialmente diante dos desafios enfrentados em contextos marcados por desigualdades sociais, econômicas e de gênero. No cenário universitário, essa discussão torna-se ainda mais urgente frente ao aumento do sofrimento psíquico entre estudantes, muitas vezes atravessado por questões como racismo, sexismo e LGBTQIAPNfobia, demandando respostas sensíveis às pluralidades subjetivas que habitam os espaços educativos (MEDEIROS, 2024).

A relação entre saúde mental, educação e gênero evidencia-se em diversas práticas institucionais e comunitárias, revelando que o cuidado não pode ser dissociado das dinâmicas sociopolíticas que perpassam os corpos e os territórios. A literatura destaca que os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça e classe, impactam de forma significativa a produção do sofrimento psíquico e a construção de itinerários de cuidado (FRANÇA; MELLO; BEZERRA, 2022). Nesse contexto, práticas educativas participativas, como rodas de conversa, oficinas e escutas coletivas, emergem como estratégias potentes para a promoção da saúde mental, possibilitando o fortalecimento de vínculos e o reconhecimento das singularidades dos sujeitos (MEDEIROS, 2024; PEREIRA; GOMES, 2022).

Além disso, o modelo biomédico tradicional, centrado no adoecimento, tem se mostrado insuficiente para responder às complexidades que envolvem a saúde mental na contemporaneidade. Por isso, torna-se fundamental adotar perspectivas ampliadas de cuidado, que articulem escuta ativa, participação comunitária, vínculos intersetoriais e educação em saúde com base na equidade de gênero e justiça social (SILVA; COSTA, 2022).

Esta narrativa se inscreve nesse movimento de transformação das práticas de cuidado, propondo reflexões a partir de experiências descritas na literatura sobre educação em saúde mental, com ênfase nos atravessamentos de gênero. Ao abordar as interações entre saúde mental, práticas educativas e marcadores sociais da diferença, o presente artigo visa contribuir para a construção de

abordagens mais humanizadas, críticas e emancipatórias no campo da saúde mental.

## MÉTODO

Este estudo configura-se como uma revisão narrativa de literatura, com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi compreender como os atravessamentos de gênero influenciam práticas de cuidado e estratégias educativas voltadas à saúde mental. A revisão narrativa foi escolhida por permitir um diálogo mais flexível e crítico com os textos analisados, favorecendo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como psicologia, saúde coletiva, educação e estudos de gênero.

Foram selecionados textos acadêmicos publicados entre 2021 e 2024, previamente reunidos pela equipe de pesquisa. Esses documentos abrangem relatos de experiência, estudos teóricos e produções empíricas que discutem a saúde mental em contextos institucionais, com foco especial em práticas educativas coletivas, políticas de cuidado e marcadores sociais como gênero, raça e classe.

A análise foi orientada por três eixos: (1) o modo como a educação em saúde mental é concebida nas experiências relatadas; (2) as formas de cuidado propostas frente ao sofrimento psíquico; e (3) a presença (ou ausência) de uma perspectiva de gênero e equidade nas ações.

O processo de leitura foi guiado pela perspectiva da hermenêutica crítica, o que possibilitou a identificação de sentidos implícitos e explícitos nos discursos analisados. A organização dos dados se deu por meio da construção de categorias temáticas, elaboradas com base nas convergências e tensões observadas nos textos.

Por se tratar de uma revisão de literatura e não envolver coleta de dados com sujeitos humanos, a presente pesquisa não necessita de submissão ao Comitê de Ética, conforme os termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos textos selecionados permitiu identificar dois grandes eixos de sentido que atravessam a interface entre saúde mental, educação em saúde e gênero. A primeira categoria agrupa experiências e reflexões sobre as práticas de cuidado e o papel da educação popular na construção de estratégias emancipatórias. Já a segunda categoria evidencia os desafios e tensionamentos enfrentados por profissionais e usuários diante da medicalização da vida, da lógica biomédica e da invisibilização de marcadores sociais.

As categorias a seguir não são estanques, mas se entrelaçam e se complementam na tentativa de compreender os múltiplos sentidos que atravessam o cuidado em saúde mental em sua dimensão pedagógica, afetiva e social.

### **Categoria 1: Educação Popular e Cuidado Emancipatório em Saúde Mental**

Os estudos analisados evidenciam a potência da educação popular como ferramenta formativa e transformadora no campo da saúde mental. Ao romper com práticas verticalizadas e centradas no saber biomédico, a educação popular propõe o diálogo, a escuta e o reconhecimento dos saberes dos sujeitos como base para práticas emancipatórias de cuidado (DIAS; AMARANTE, 2022).

Essa abordagem encontra eco nas experiências relatadas em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Consultórios na Rua e rodas de conversa em comunidades, onde o vínculo, a linguagem acessível e a construção coletiva do cuidado são princípios estruturantes (ALMEIDA et al., 2022). Nessas experiências, o cuidado se amplia para além da doença, incorporando a história de vida, o território e as dimensões simbólicas do sofrimento.

Na perspectiva freiriana, o cuidado só se torna efetivo quando mediado pela educação dialógica, que reconhece o outro como sujeito histórico. Assim, práticas como oficinas terapêuticas, terapias comunitárias integrativas e rodas de conversa vêm sendo utilizadas para fortalecer a

autonomia dos sujeitos em sofrimento psíquico, sobretudo de populações marginalizadas (JOSIANE et al., 2024).

Além disso, as ações educativas com enfoque em saúde mental realizadas com profissionais de saúde, como nos relatos de práticas durante o Setembro Amarelo e Janeiro Branco, demonstram o impacto positivo dessas metodologias na sensibilização e no autocuidado, criando espaços de fala e escuta no cotidiano institucional (SILVA et al., 2022).

Portanto, essa categoria aponta para a necessidade de reconhecer a educação como dimensão indissociável do cuidado, especialmente em contextos marcados por sofrimento, exclusão e desigualdades.

## **Categoria 2: Invisibilidades de gênero e desafios ao cuidado integral em saúde mental**

Embora a construção de práticas educativas mais sensíveis e inclusivas em saúde mental esteja em curso, os estudos também evidenciam desafios persistentes relacionados à invisibilização das questões de gênero e à reprodução de lógicas biomédicas e institucionalizantes nos serviços de saúde.

A análise dos textos revela que os atravessamentos de gênero ainda são frequentemente ignorados ou tratados de forma superficial nas políticas públicas e práticas cotidianas de cuidado. Mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e indivíduos não conformes ao gênero binário enfrentam dificuldades de acesso, preconceito institucional e desqualificação de suas vivências, o que agrava o sofrimento psíquico e fragiliza os vínculos com os serviços (SILVA; COSTA, 2022).

O estudo de Alvarenga et al. (2023) aponta que a formação técnica dos profissionais de saúde mental ainda é pouco preparada para acolher a diversidade de gênero, muitas vezes operando a partir de normativas heterocisnormativas que desconsideram as experiências de subjetividades dissidentes. Em espaços educativos e assistenciais, isso se traduz em silenciamentos, exclusões e práticas que reforçam o adoecimento ao invés de promover cuidado.

Além disso, os relatos sobre o sofrimento de trabalhadores da saúde mental durante a pandemia revelam um cenário de sobrecarga emocional e esgotamento, que atinge principalmente mulheres e profissionais que atuam diretamente no cuidado, sem receberem o devido apoio institucional (GONÇALVES et al., 2022).

Em ambientes como a atenção básica, equipes enfrentam desafios estruturais para realizar ações de saúde mental com perspectiva de gênero, seja por falta de tempo, formação ou apoio das gestões locais. A precarização das condições de trabalho também dificulta a construção de vínculos com a população e fragiliza a continuidade do cuidado (FRANÇA; MELLO; BEZERRA, 2022).

Essas evidências apontam para a urgência de políticas formativas e práticas institucionais que incorporem, de forma crítica e transversal, a equidade de gênero como diretriz fundamental no campo da saúde mental. O cuidado integral exige romper com modelos normativos, escutar subjetividades diversas e enfrentar as estruturas que produzem sofrimento.

## CONCLUSÃO

A análise dos estudos evidenciou que a educação em saúde mental, quando fundamentada nos princípios da escuta, da participação e do diálogo, configura-se como uma ferramenta fundamental para a construção de práticas de cuidado mais humanas, sensíveis e socialmente comprometidas. As experiências relatadas demonstram que a articulação entre saberes populares, práticas comunitárias e abordagem educativa favorece o fortalecimento de vínculos, a autonomia dos sujeitos e a promoção de saúde em sua dimensão ampliada.

Entretanto, os achados também revelam barreiras importantes à efetivação de um cuidado integral, sobretudo quando os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, sexualidade e território são invisibilizados ou negligenciados nos serviços e nas políticas públicas. A reprodução de modelos biomédicos, a desvalorização das vivências dissidentes e a sobrecarga dos trabalhadores da saúde mental comprometem a construção de espaços efetivamente acolhedores.

Nesse sentido, faz-se urgente a ampliação dos processos formativos que incorporem criticamente a equidade de gênero, o anticapacitismo, a luta antimanicomial e a interseccionalidade como princípios estruturantes das práticas em saúde mental. Promover cuidado, nestes termos, é também um ato político, que exige rupturas com normatividades excludentes e o compromisso com a construção de outros modos de existir, conviver e cuidar.

Assim, conclui-se que a educação em saúde mental deve ser entendida não apenas como ferramenta informativa, mas como prática de transformação, individual, institucional e coletiva, voltada à dignidade, à escuta ativa e ao reconhecimento das pluralidades que atravessam o sofrimento psíquico e a vida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. C. et al. Promoção da saúde mental dos trabalhadores da saúde em tempos de pandemia: relato de experiência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 14, n. 5, p. e9695, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e9695.2022>.

BEZERRA, D. S. et al. Educação em saúde mental e gênero: reflexões sobre práticas emancipatórias. *Revista Interfaces da Educação*, v. 13, n. 39, p. 214–230, 2022. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/13984>. Acesso em: 07 fev. 2026.

FRANÇA, C. M.; MELLO, M. M.; BEZERRA, L. L. Desafios do cuidado em saúde mental na atenção básica: uma leitura interseccional. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 1, p. e230151, 2022.

GONÇALVES, M. C. et al. Cuidar de quem cuida: um olhar para o desenvolvimento humano e a saúde mental dos cuidadores. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 22, n. 3, p. 401–417, 2023.

JOSIANE, M. G. et al. Saúde mental e práticas educativas na universidade: intersecções entre escuta, gênero e cuidado. *Psicologia em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 98–115, 2024.

MEDEIROS, J. P. de. Gênero e cuidado em saúde mental: estratégias coletivas e resistência. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, p. 147–160, 2024.

PEREIRA, L. A.; GOMES, A. R. Cuidado, afeto e escuta: experiências de educação em saúde mental em território vulnerabilizado. *Revista Enfermagem em Foco*, v. 13, n. 1, p. e202226, 2022.

SILVA, F. J. da; COSTA, M. M. Invisibilidades e resistências: atravessamentos de gênero no campo da saúde mental. *Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Gênero*, v. 10, n. 1, p. 31–48, 2022.